



tras condicionantes que limitam as opções, principalmente para as noites. Matematicamente, para uma escala para sete dias de dois especialistas seriam necessários cerca de 19 médicos especialistas com 18 horas no Serviço de Urgência (SU) e cerca de 28 se fizerem 12 horas de SU. Com as horas extraordinárias que cada médico pode fazer e com a contratação de prestado-

“O horário parcial de 20 horas ou o horário de 36 horas, não constitui per si um problema para as escalas, desde que se cumpram 12 ou 18 horas semanais na Urgência.”

res de serviço, esse número pode ser reduzido, dependendo do modelo de rotação. Mas o número de médicos especialistas das entidades acima referenciadas em condições para serem escalados para o Serviço de Urgência, quer no turno diurno ou noturno, varia entre 8 e 11.

Esta falta de recursos nas urgências também tem a ver com o facto de muitos dos médicos da Região LVT não funcionarem em tempo completo, mas só a 20 ou a 36 horas, por exemplo?

A questão não reside no número, em si, mas no facto de não termos esse número de especialistas. O horário parcial de 20 horas ou o horário de 36 horas, não constitui *per si* um problema para as escalas, desde que se cumpram 12 ou 18 horas semanais na Urgência.

E os hospitais estão a cumprir as regras definidas pelo ministério, que permite aos Serviços de Urgência funcionarem com menos elementos nas equipas? Ou já há quem não entenda assim, e isso esteja a contribuir para o encerramento de serviços?

As regras definidas, com o acordo da Comissão Nacional para a Mulher e Criança, permitiram a definição de equipas-tipo para Serviços de Urgência Obstétrica de apoio perinatal e de apoio perinatal diferenciado e os vários níveis de contingência. Algumas dúvidas na interpretação dos critérios estão a ser clarificadas para permitir uma atuação mais uniforme e consentânea com as boas-práticas.

Mas o que está previsto pela DE para travar estes encerramentos? A criação de uma Urgência Metropolitana na Região de Lisboa e Vale do Tejo é uma possibilidade?

ADE-SNS está a trabalhar numa solução multidimensional para o problema do encerramento temporário de algumas urgências, que passará pela criação de condições para a atração de mais médicos especialistas para as ULS em causa; pela inovação no modelo de organização dos Serviços de Obstetrícia; e pela reorganização da Urgência Obstétrica no sentido de rede com eixos de diferenciação e pontos de complementaridade.

Pode concretizar melhor?

Nesta fase ainda estamos a trabalhar nas soluções, mas posteriormente, daremos mais pormenores.

“O Ministério da Saúde tem de aprender com os erros do passado e deve publicar o mapa de vagas para as especialidades quanto antes, assim que os internos terminam os exames de fim da especialidade. Os médicos precisam de orientar as suas vidas.”

Carlos Cortes
Bastonário dos Médicos

“Em vez de estarem a tentar arranjar maneira de compensar esta falta de médicos com incentivos, é necessário que os governos percebam que o que é preciso é trabalhar-se com medidas estruturantes para termos médicos nos locais.”

Joana Bordalo e Sá
Presidente da Fnam

“O Estado tem de ser criativo nas medidas para atrair mais médicos para o SNS, nomeadamente para esta Região [LVT]. Já se percebeu que as unidades da região não estão a conseguir atrair pessoas para fazer urgências e temos de incentivar os colegas pela positiva, quer seja pela forma monetária ou pelas condições de trabalho, com mais dias de férias ou outras soluções.”

Nuno Rodrigues
Secretário-Geral do SIM

Sindicato de Médicos da Zona Sul pede explicações ao Garcia de Orta

REUNIÃO SMZS e administração do Garcia de Orta reúnem amanhã, pelas 09h00. O motivo: saída de sete médicos. Hospital diz que é só um.

Há três semanas, quatro médicos obstetras, sócios do Sindicato dos Médicos da Zona Sul (SMZS), que integra a Federação Nacional dos Médicos, informaram esta estrutura de que iriam rescindir os contratos com o Hospital Garcia de Orta (HGO), em Almada. A estes, podem juntar-se mais três, que devem apresentar as demissões até ao final de maio, e um outro que aguarda o tempo para apresentar a reforma. A saída destes elementos reduz o Serviço de Obstetrícia do HGO – segundo confirmou ao DN o próprio hospital, tem agora 19 especialistas – a mínimos históricos, ficando pelos 12.

Isto mesmo foi confirmado ao DN pelo presidente do SMZS, João Proença, depois de a saída destes elementos ter sido avançada pelo jornal *Expresso*, na sua última edição. No entanto, o conselho de administração negou ao DN a saída de sete elementos, confirmando apenas dois médicos.

Segundo o dirigente sindical, a saída destes elementos tem a ver com “a atitude prepotente com que entrou na unidade o novo conselho de administração, liderado por Pedro Azevedo, quer em reuniões com o Serviço de Obstetrícia, quer em reuniões privadas entre médicos e administradores. Os médicos têm-se sentido maltratados e estão a sair”. Recorde-se que a nova administração da Unidade Local de Saúde Almada-Seixal (ULSAS), liderada por Pedro Azevedo, que integra o HGO, foi nomeada já este ano pela ministra Ana Paula Martins, antes de o Governo cair, entrando em funções em fevereiro.

O presidente do SMZS argumenta que o motivo do mal-estar tem a ver com o facto de “a administração estar a tentar obrigar os médicos que têm Contratos Individuais de Trabalho (CIT), de 30 horas, a fazer urgências noutros hospitais da Margem da Sul, o que é ilegal. Só os médicos que

trabalham no regime de Dedicação Plena podem ser deslocados dos seus hospitais para fazerem urgências noutros serviços, o que não é o caso destes médicos”.

João Proença diz que o sindicato enviou um pedido de reunião urgente à administração do hospital para pedir explicações sobre o que se está a passar no serviço, e que já receberam confirmação de que esta ficou agendada “para quarta-feira, dia 9, às 09h00”. A preocupação é que “a saída de tantos especialistas de Obstetrícia só vai agravar a situação que se vive na Margem Sul”, afirma.

O HGO já fecha sistematicamente a Urgência de Obstetrícia aos fins de semana, por não ter elementos suficientes nas escalas. João Proença recorda que “este serviço já foi dos melhores de Lisboa e Vale do Tejo e que, agora, se encontra nesta situação”. Alguns dos elementos que saíram, “médicos que estavam no hospital há mais de 20 anos, vão para unidades privadas, outros vão procurar outros hospitais do SNS”, argumenta.

O DN confrontou a administração da ULSAS sobre a saída destes médicos e de tal se dever à atitude da própria, mas na resposta enviada é-nos dito que “a administração nega que tenham saído ou estejam para sair sete médicos por motivos relacionados com o atual conselho de administração (CA)”, explicando ainda que “a situação herdada pelo atual CA obrigou a uma análise do serviço e motivou uma reunião com os respetivos profissionais, tendo dois elementos apresentado pedidos de rescisão, havendo, contudo, a expectativa de que possa existir uma reversão da decisão por parte destes”.

A administração da ULSAS afirma ainda que “está, desde a primeira hora, a enviar todos os esforços para robustecer o número de recursos humanos do serviço de Obstetrícia, tendo já efetivado duas contratações, que assumirão funções em breve”.